

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Promoção da inovação institucional e da revitalização de recursos no âmbito da renovação urbana

A renovação urbana está directamente relacionada com a melhoria do bem-estar da população, governação urbana e diversificação económica, constituindo uma prioridade da política nacional no âmbito do 15.º Plano Quinquenal, bem como um tema de grande relevância para a sociedade de Macau. O “Plano de renovação urbana durante o período do 15.º Plano Quinquenal Nacional” estabelece claramente o princípio de trabalho de “diagnóstico prévio à renovação; sem diagnóstico não há renovação”, exigindo a realização abrangente de um diagnóstico urbano para identificar problemas que mais preocupam e afectam a população, bem como lacunas e deficiências que afectem a competitividade, capacidade de suporte e desenvolvimento sustentável das cidades. O Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural do país reforçou ainda mais esta exigência, determinando que todas as cidades do país devem realizar sistematicamente um diagnóstico urbano, acelerando a cobertura total ao nível dos quatro domínios: habitação, bairros, quarteirões e áreas urbanas.

O Chefe do Executivo já declarou expressamente que o Governo da Região Administrativa Especial irá avançar com trabalhos de diagnóstico urbano, lançando este ano o “Estudo sobre o sistema de planeamento das zonas de desenvolvimento prioritário para a renovação urbana”, com o objectivo de analisar profundamente a realidade das zonas antigas de Macau e estabelecer um modelo de planeamento orientado para a sua implementação. Isto assinala o fim da abordagem baseada exclusivamente na experiência na renovação urbana em Macau, entrando-se numa nova fase baseada em dados e planeamento científico. Paralelamente, o Presidente do Conselho para a Renovação Urbana e Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Tam Vai Man, afirmou igualmente que,

através da articulação entre a manutenção ou renovação de edifícios, a revitalização de zonas antigas, e a reconstrução por zonas ou de edifícios isolados, se irá promover a renovação urbana de forma mais abrangente e contínua.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O Chefe do Executivo anunciou já o lançamento, ainda este ano, do “Estudo sobre o sistema de planeamento das zonas de desenvolvimento prioritário para a renovação urbana”. Ao mesmo tempo, o país exige a cobertura total do diagnóstico urbano nos quatro domínios: habitação, bairros, quarteirões e áreas urbanas. Tendo em conta esta situação, as autoridades vão proceder de forma a que o diagnóstico urbano de Macau corresponda a estes quatro domínios, estabelecendo critérios de diagnóstico por níveis e categorias com base nas características diferenciadas das diversas zonas, seguindo, na prática, o caminho de “planeamento especializado, programação por zonas e implementação de projectos”? Tencionam as autoridades, orientando-se pela segurança urbana e pela segurança dos residentes, proceder a um levantamento quantitativo da estrutura dos edifícios, da densidade populacional e da capacidade de carga das instalações públicas nas zonas antigas, com vista a elaborar uma lista de problemas e uma priorização das necessidades de renovação, para resolver os problemas mais prementes?

2. No que respeita à ampliação dos canais de participação pública, os planos tradicionais de renovação urbana têm sido maioritariamente conduzidos pelo Governo e por equipas técnicas, não integrando suficientemente a experiência local e as dificuldades sentidas pelos residentes no processo de decisão. Perante esta situação, no âmbito do “Estudo sobre o sistema de planeamento das zonas de desenvolvimento prioritário para a renovação urbana”, as autoridades tencionam criar mecanismos de participação pública regulares (tais como sessões comunitárias de discussão, recolha de opiniões *online*, entre outros), permitindo que os residentes participem activamente na discussão e formulação das propostas de requalificação, assegurando que as decisões de renovação sejam

simultaneamente baseadas em dados e reflectam plenamente a opinião pública?

3. A renovação urbana não se limita a demolições e reconstruções em grande escala; a “micro-renovação” das instalações comunitárias de apoio é igualmente importante. O “Plano de renovação urbana durante o período do 15.º Plano Quinquenal Nacional” exige, igualmente, a realização de intervenções direccionadas para colmatar as deficiências das infra-estruturas e melhorar a capacidade de prestação de serviços e a qualidade ambiental. Tomando como exemplo os centros de saúde, os centros de saúde das zonas antigas, como os do Porto Interior e do Fai Chi Kei, os quais foram, na sua maioria, construídos na década de 1990, apresentam infra-estruturas envelhecidas e espaços exíguos, revelando-se já insuficientes para responder às crescentes necessidades de serviços comunitários. Neste contexto, aquando da realização do diagnóstico por zonas, as autoridades tencionam integrar, simultaneamente, a avaliação funcional dos edifícios governamentais e terrenos afectos a instalações públicas directamente relacionados com a vida quotidiana da população, como os centros de saúde, e a sua eventual realocização e reconstrução, na consideração das unidades de renovação, assegurando que a “micro-renovação” possa, efectivamente, traduzir-se numa melhoria da qualidade de vida quotidiana dos residentes?

24 de Julho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Chon Kit